

Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE

**ESBOÇANDO PRESSUPOSTOS, DISSIDÊNCIAS E INFLUÊNCIAS
FILOSÓFICAS NO BEHAVIORISMO RADICAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE
APRENDIZADO E CIÊNCIA**

Priscilla Nunes Porto*
Silier Andrade Cardoso Borges**

RESUMO: Através da inquirição filosófica, objetiva-se estabelecer contornos nítidos entre definições precedentes ao Behaviorismo Radical, através de incursões conceituais nesse campo do saber. Evidencia-se os pressupostos filosóficos que alicerçam o campo conceitual da filosofia da ciência do comportamento.

Palavras-chave: Behaviorismo Radical; Investigações conceituais; Pressupostos; Aproximações; Comportamento.

RESUMEN: A través del cuestionamiento filosófico, lo que se busca es establecer las aproximaciones entre las definiciones anteriores al Behaviorismo Radical, utilizando de investigaciones conceptuales en esta área del conocimiento. Se puede evidenciar los presupuestos que sustenta la filosofía de la ciencia del comportamiento.

Palabras-llave: Behaviorismo Radical; Investigaciones conceptuales; Presupuestos; Aproximaciones; Comportamiento.

Introdução

Há tempo que a produção de saber em análise do comportamento, enquanto sistema explicativo, é usualmente associada à pesquisa em processos básicos de aprendizagem no âmbito laboratorial/ experimental. Contemporaneamente, esta antiga definição tem dado lugar a uma compreensão multidimensional, o que possibilitou avanço de pesquisas conceituais e mais reflexivas que envolvem o Behaviorismo Radical e suas implicações no desenvolvimento de tecnologia e pesquisa aplicada. Nota-se que “se esta fosse uma questão meramente teórica, não haveria motivo para alarme; mas as teorias afetam a prática. [...] Confusão na

* Enfermeira. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. – pri_nrp@hotmail.com

** Graduando em Psicologia do 8º período da Universidade Salvador (UNIFACS), é pesquisador bolsista de Iniciação Científica – PIBIC pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. - silier@outlook.com

teoria significa confusão na prática” (SKINNER, 1998, p. 10). A relevância da análise conceitual, além de consenso entre pesquisadores, implica e é implicada pelas transformações de outros saberes, constituídos pela relação dinâmica e interdependente entre ciência básica, ciência aplicada e tecnologia (LATTAL, 2005).

Muito embora a literatura defina o Behaviorismo Radical como a filosofia da ciência do comportamento, e portanto, um corpo teórico delimitado que objetiva tecer explicações do comportamento, deve-se compreender que quaisquer filosofias se constituem a partir de investigações conceituais precedentes. Há um terreno fronteiro de natureza tênue entre a Psicologia e a Filosofia, de forma que não devemos considerar a Psicologia como uma desvinculação absoluta do campo filosófico, pois dela deriva e constitui saberes intercomunicáveis (CARRARA, 2004). Compreendido como objeto de exaustivas investigações e incursões teóricas, autores diversos têm com frequência evidenciado a relevância de tais estudos, abarcando observações sistemáticas de questões como o conceito de causalidade, conhecimento e relação funcional na proposta skinneriana de compreensão do comportamento humano. Sem a pretensão de esgotar tal análise, mas objetivando realizar uma breve hermenêutica dos possíveis entrelaçamentos e afastamentos conceituais, ressalta-se a importância de abordar tais temas sem negligenciar uma investigação histórica dos antecedentes filosóficos que fundamentam ou influenciam a teoria de B. F. Skinner, destacando filósofos como Mach, Ryle e Darwin.

Outros autores e suas respectivas contribuições à filosofia da ciência do comportamento podem ser ressaltados, em maior ou menor grau, como Watson e a sua versão incipiente do behaviorismo (a despeito de controvérsias, comumente definido como “behaviorismo metodológico”), a lei do efeito de Thorndike, o paradigma da variável interveniente de Tolman e Hull, a experimentação sistemática do condicionamento respondente de Pavlov e a influência do pragmatismo de Pierce e James: investigações que contribuíram para a posterior emergência do entrelaçamento entre Pedagogia, Filosofia e Psicologia Experimental. Entretanto, assim como uma bibliografia vasta pode ser indicada

para a observância da contribuição dos respectivos autores, estes e outros teóricos, embora reconhecidamente relevantes para a compreensão integral do Behaviorismo Radical, ficarão de fora da presente análise: ainda que a contribuição dos muitos autores não abordados se dê na esfera metodológica e experimental, tal fato não seria suficiente para justificar a limitação da presente pesquisa. Ao menos, assim como lidamos com uma inquirição filosófica na seara de uma ciência probabilística, evidentemente que ainda podemos argumentar acerca da impossibilidade humana de resgatar todas as variáveis históricas e conceituais responsáveis pela formulação do que hoje se entende por Behaviorismo Radical.

Enquanto elementos dos quais o Behaviorismo Radical se demonstrou dissidente, tem-se o positivismo lógico, o operacionismo e as filosofias idealistas, representacionistas e dualistas iniciadas desde a idade antiga, perpassando o século das luzes e perdurando até hoje, destacadas por figuras históricas como Platão, Descartes, Schopenhauer e tantos outros.

Ademais, é impossível conceber um conjunto teórico de maneira a-histórica, sem estabelecer investigações preliminares a despeito de suas influências e dissidências, visto que o contextualismo se faz presente em quaisquer observações caracteristicamente analítico-comportamentais. É importante, sobretudo, salientar que o Behaviorismo Radical tem sido objeto de análise epistemológica por diversos autores, sem necessariamente encontrar consenso em todas as análises veiculadas. Entretanto, esta multiplicidade interpretativa da obra de Skinner não se deve a uma suposta inexatidão dos dados fornecidos pela literatura corrente, mas de diferenças entre os referenciais utilizados pelos diversos autores que examinam as suas obras (TOURINHO, 2006).

Alguns autores (RODRIGUES, 2006; WEBER, 2002) apontam que a imprecisão do conhecimento apreendido de estudantes, profissionais e demais fontes (incluindo professores e manuais de Psicologia) no que concerne ao tratamento oferecido a temas conceituais no Behaviorismo Radical, pode ser variável relevante para a aprendizagem de mitos, equívocos, discordâncias e preconceitos, apesar dos importantes subsídios teórico-práticos oferecidos pela análise do comportamento.

Afinal, aprender ciência é complexo: implica embasamento conceitual e domínio metodológico (controle por regras), transitar em circunstâncias variadas adequando-se às especificidades do fenômeno (exposição às contingências), compreender as limitações (auto-descrição) para dar passos subsequentes cada vez maiores (modelagem) e aquisição de um repertório analítico de inquirição e reformulação do saber (variabilidade comportamental).

Finalmente, deve-se destacar que a presente pesquisa não tem como objetivo o levantamento dos vários personagens históricos que possivelmente contribuíram para a formação contemporânea do Behaviorismo. Seria essa uma demasiada pretensão. O que se busca com esta análise de entrelaçamentos conceituais é a identificação de possíveis afiliações e dissidências filosóficas, dialogando nas fronteiras da Educação, Filosofia e Ciência, através de um arsenal conceitual bibliográfico que poderá auxiliar na discussão das questões teóricas presentes em uma investigação do comportamento humano.

Temas conceituais recorrentes no Behaviorismo Radical

É possível pontuar uma diversidade de temas comumente investigados por autores behavioristas. Ao tratar de um levantamento retroativo da obra skinneriana, percebe-se que alguns temas são usualmente suscitados por analistas do comportamento, como relação funcional, liberdade, contextualismo, educação, modelo de causalidade, determinismo, método científico, probabilismo e selecionismo (CARRARA, 2004; CARRARA, 2005; CHIESA, 2006; GUIMARÃES, 2008; LAURENTI, 2008; LAURENTI, 2009; MATOS, 1995; TOURINHO, 2003).

Causalidade, liberdade, determinismo e probabilismo

“A própria questão da causalidade em Psicologia continua constituindo objeto polêmico de discussões intermináveis, porque é a partir deste conceito central que qualquer corrente ou abordagem teórica adquire (ou perde) sentido” (CARRARA, 2004, p. 31). A partir deste preceito, se verifica a relevância de se debruçar e lançar luz sobre o tema. No que se refere à questão entre causalidade e determinismo no Behaviorismo Radical, deve-se considerar que a origem do problema geralmente

consiste na ausência de consenso entre pesquisadores comportamentais acerca da definição de determinismo (GUIMARÃES, 2008). Assim sendo, alguns autores costumam não rotular a análise do comportamento como determinista, visto que, para os mesmos, tal comparação resulta em uma indevida associação à antiga perspectiva mecanicista. Muito embora se aponte uma contradição entre determinismo e probabilismo, ao se supor que se algo é provável não é determinado, deve-se considerar que, para Skinner, definir a ciência do comportamento como determinista não é necessariamente anular o seu caráter probabilístico:

Tanto a predição quanto o controle são inerentes ao condicionamento operante, mas a noção é sempre probabilística. [...] Quanto mais cabalmente compreendermos a relação entre comportamento humano e seus antecedentes genéticos e ambientais, mais claramente compreenderemos a natureza ou a essência da espécie (SKINNER, 2006, p. 192).

À primeira vista, as observações de Skinner sobre a regularidade do comportamento humano e sobre a necessidade do pesquisador investigar as variáveis da qual o comportamento é função, parece um indicativo de um modelo causal estritamente determinista. Certa feita, afirmou Skinner que:

Se vamos usar os métodos da ciência no campo dos assuntos humanos, devemos pressupor que o comportamento é ordenado e determinado. Devemos esperar descobrir que o que o homem faz é o resultado de condições que podem ser especificadas e que, uma vez determinadas, poderemos antecipar e até certo ponto determinar as ações (SKINNER, 1998, p. 7).

Muito embora Skinner retrate o determinismo como critério para a concretização da cientificidade, o autor ressalta sua ciência como determinista apenas objetivando contrapor aos modelos de indeterminação e do casual na investigação do comportamento. Essa perspectiva é melhor percebida quando ele diz que “não se pode aplicar os métodos da ciência em assunto que se presume ditado pelo capricho” (SKINNER, 1998, p. 7). Mesmo assumindo que o comportamento

humano é determinado, a noção implícita em determinismo probabilístico nos aponta o fato de que o que sabemos sobre o comportamento é limitado e modesto (LAURENTI, 2008). Logo, afirmar que os enunciados formulados por um analista do comportamento são apenas prováveis, traz repercussões epistemológicas, metodológicas, conceituais e também práticas, no que concerne a aplicação da tecnologia dela derivada.

Alinhando-se à premissa skinneriana, alguns artigos têm questionado o caráter determinista absoluto defendido por pesquisadores behavioristas. É evidente que tais questionamentos conceituais repercutem em outras discussões, como a controversa, e pouco compreendida, definição de autocontrole e liberdade no Behaviorismo Radical. Afinal, se é o comportamento controlado/ determinado por variáveis ambientais em uma relação interdependente entre homem e mundo, o entendimento de liberdade tal como vulgarmente compreendido e amplamente divulgado não pode se fazer presente. Para Skinner (1998; 2006; 1983), o homem não é livre quando seu comportamento é produto de um dado tipo de controle: quando o homem está sob controle de estimulação aversiva, ou quando seu comportamento produz consequências reforçadoras a curto prazo, mas que a longo prazo se revelam aversivas, produzindo o chamado “escravo feliz” (BAUM, 2006; LAURENTI, 2009). Assim sendo, Skinner define a liberdade sem concebê-la antagonicamente a concepção de determinismo, inclusive propiciando uma compreensão mais amplamente estruturada do conceito do que a oferecida pela chamada “literatura tradicional da liberdade”. Neste ponto, torna-se pertinente ressaltar que a liberdade é um sentimento produto de contingências amenas, isto é, aprende-se a ser livre sob determinadas circunstâncias.

Deve-se rememorar as diferentes formas de determinismo. Se o determinismo é entendido sob um prisma epistemológico (análise esta de influência positivista), então a ciência do comportamento é probabilística devido à ‘incapacidade perceptual’ do pesquisador em identificar todas as variáveis que controlam o comportamento: ignorância das causas. Mas o próprio Skinner, assim como os autores que revisitaram suas obras, negara quaisquer influências positivistas ou operacionistas (embora tenha Skinner realizado leituras dos positivistas lógicos no

início da carreira), relegando-a a versão metodológica do behaviorismo (LAURENTI, 2008).

Skinner concorda com Smith acerca da eventual influência do positivismo lógico sobre o behaviorismo metodológico. Em seguida, descarta a idéia de que sobre si próprio houvesse o mesmo tipo de influência, quando menciona que Carnap teria suscitado a questão de que ele, Hull e Tolman estariam conjecturando sobre um autômato que se comportava como gente (CARRARA, 2005, p. 208).

Tanto o Pragmatismo de Peirce quanto o Contextualismo de Pepper, reconhecidas como filosofias que influenciaram direta ou indiretamente o Behaviorismo Radical (CARRARA, 2004; LAURENTI, 2008), são tão relevantes quanto uma outra concepção, o determinismo ontológico. Sob tal perspectiva, a ciência reside apenas no nível probabilístico porque há sempre o acaso, um devir, espécie de elemento ontológico desviante das regras e leis gerais: espaço de suposta emergência do aprendizado e do comportamento novo. Assim como Pierce, W. James foi um pragmatista favorável à compreensão de que a ciência apenas poderá explicar probabilisticamente as relações do mundo porque a natureza só é aproximadamente uniforme, e que a precisão de uma explicação reside em abarcar em maior número desvios irregulares da lei geral (LAURENTI, 2008).

Dissidências conceituais e crítica ao tradicionalismo filosófico mentalista

A despeito da dissidência de Skinner com relação ao positivismo, alguns autores destacam certos critérios positivistas que marcaram sua obra. Embora tenha recusado o mecanicismo em detrimento de uma postura monista, ater-se aos dados e afastar-se de elucubrações metafísicas estavam entre suas principais preocupações, tal como os positivistas: “o positivismo, assim, negava a existência de forças mentais e se opunha substancialmente à metafísica, aceitando apenas os fatos investigados cientificamente” (CARRARA, 2005). São inúmeras as passagens em suas obras acerca do que rotulara de “mentalismo”, mas vale destacar uma delas:

As explicações mentalistas acalmam a curiosidade e paralisam a pesquisa. É tão fácil observar sentimentos e estados mentais, num momento e num lugar, que fazem parecer sejam elas as causas, que não nos sentimos inclinados a prosseguir na investigação. Uma vez, porém, que se começa a estudar o ambiente, sua importância não pode ser mais negada (SKINNER, 2006, p. 17).

Freud, Spencer, Bergson, Descartes, Schopenhauer, Platão e Nietzsche não ficaram imunes às ocasionais e ásperas críticas de Skinner. Na perspectiva do Behaviorismo Radical, pode-se afirmar que a defesa incondicional do posicionamento mentalista, isto é, a atribuição de status causal a uma entidade explicativa hipotética e não-física, trata-se de um repertório reforçado e mantido (ensinado) por uma cultura. Curiosamente, a crítica ao mentalismo se faz presente em diversos trechos de uma mesma obra, muito embora comumente realizada ‘en passant’, devido talvez à natureza introdutória do livro *Sobre o Behaviorismo*:

Engano mais sério se faz ao converter o instinto numa força. Dificilmente falaremos em força ao explicar o fato de um organismo digerir seu alimento ou desenvolver imunidade a uma doença; todavia, tal conceito frequentemente aparece quando se discute a relação de um organismo com o seu ambiente. A ‘força vital’ de Herbert Spencer, a ‘vontade cega de existir’ de Schopenhauer, e o ‘elan vital’ de Bergson são exemplos progressos da conversão de processos biológicos em formas mais energéticas ou substanciais. (SKINNER, 2006, p. 35).

Com relação a Nietzsche, algumas semelhanças podem ser apontadas, mas as diferenças são muito mais significativas. Deve-se considerar que, devido ao caráter precursor de quaisquer comparações entre ambos os autores, tais tentativa incorrão em inevitável superficialidade. De todo modo, ao menos se pode afirmar que Skinner formou-se em letras e Nietzsche era filólogo. Cada um, ao seu modo, se interessava pela cultura e pela linguística antiga (em especial a grega) e eram críticos do excesso de metafísica nas investigações da ação humana. Entretanto, para Skinner, as observações de Nietzsche ainda eram demasiadamente obscuras e supostamente aprofundadas, requerindo, portanto, uma objetividade da qual carecia o filósofo:

Substantivos abstratos levam o leitor às profundezas. “A liberalidade entre os ricos”, disse Nietzsche, “é frequentemente apenas uma forma de timidez”. Há algo de profundo nessa máxima que falta a uma simples descrição do comportamento. [...] Explicações em profundidade são comuns em escritos históricos. [...] Mas a liberação da cobiça e da ganância parece ir ao cerne do problema, enquanto as meras contingências permanecem na superfície (SKINNER, 2006, p. 140).

Skinner foi assumidamente um defensor da ciência e do método científico, frequentemente concebendo a ciência do comportamento como uma ciência natural, ao lado da Física, da Química e da Biologia. Acreditava que um senso de ordem poderia surgir da observação acuidosa da formulação científica e defendia seus resultados tangíveis como única solução plausível para o bem-estar social e o futuro da humanidade (SKINNER, 1983).

Poucos filósofos criticaram tanto a ciência como Nietzsche usualmente fazia. Acreditava que toda a inferência lógica e convicção eram falaciosas por natureza, pois derivavam de impulsos ilógicos emanados do próprio corpo. Desprezava o objetivo da ciência como proporcionar ao homem o máximo de prazer e oferecer o menor desprazer possível, pois acreditava que prazer e desprazer são facetas humanas entrelaçadas, inseparáveis e igualmente equivalentes (NIETZSCHE, 2001).

Ambos criticavam o mecanicismo implícito no modelo de causalidade, embora Nietzsche tenha sido muito mais severo em suas críticas. Skinner recusou o modelo de causação tradicional e adotou o modelo de relação funcional na explicação e descrição do comportamento (conforme se verá mais adiante), admitindo em termos probabilísticos a interação entre as variáveis envolvidas entre comportamento e ambiente. Ao questionar o modelo tradicional de causa e efeito, afirmou:

Tendemos a dizer, muitas vezes de modo precipitado, que se uma coisa se segue outra, aquela foi provavelmente causada por esta – de acordo com o antigo princípio segundo o qual ‘post hoc, ergo propter hoc’ (depois disto, logo causado por isto). Dos múltiplos exemplos de explicação do

comportamento humano, um deles é aqui especialmente importante. A pessoa com a qual estamos mais familiarizados é a nossa própria pessoa; muitas das coisas que observamos pouco antes de agir ocorrem em nossos próprios corpos e é fácil tomá-las como causas de nosso comportamento (SKINNER, 2006, p. 13).

Nietzsche, embora aparente se aproximar de Skinner no que concerne à crítica ao modelo tradicional de causalidade, na verdade dele se distancia deste autor, ao rejeitar quaisquer modelos possíveis de causação. O filósofo acreditava que se um homem fosse dotado de capacidade perceptiva ilimitada, perceberia os fenômenos do mundo como um ininterrupto ‘continuum’, fenômenos esses que os cientistas se habituaram a isolar algumas partes a fim de analisá-los fragmentariamente (reducionismo):

Em cada caso, a série de ‘causas’ se apresenta muito mais completa diante de nós, e podemos inferir: tal e tal coisa têm de suceder antes, para que venha essa outra – mas nada compreendemos com isso. [...] Operamos somente com coisas que não existem, com linhas, supercíries, corpos, átomos, tempos divisíveis, espaços divisíveis [...]. Um intelecto que visse causa e efeito como um continuum, e não, à nossa maneira, como arbitrário efacelamento e divisão, que enxergasse o fluxo do acontecer – rejeitaria a noção de causa e efeito e negaria qualquer condicionalidade (NIETZSCHE, 2001, p. 140).

Igualmente, um antigo problema epistemológico entre “descrição” e “explicação” se faz presente tanto em questões pertinentes ao Behaviorismo Radical (LAURENTI & LOPES, 2009), quanto em elucubrações nietzscheanas:

‘Explicação’, dizemos; mas é ‘descrição’ o que nos distingue de estágios anteriores do conhecimento e da ciência. Nós descrevemos melhor – e explicamos tão pouco quanto aqueles que nos precederam (NIETZSCHE, 2001, p. 140).

A despeito de ocasionais aproximações, as divergências entre ambos se tornam mais evidentes quando se trata da relevância da ciência para o progresso da humanidade. Conforme dito, Skinner foi um defensor irrevogável de uma ciência do comportamento. Nietzsche, em não raras ocasiões, a condenou. Para o filósofo,

o ideal ascético inerente à ciência e inaugurada com o advento do Darwinismo, a conduzia a uma espécie de autodesvalorização do homem, quando a colocara na mesma medida e com a mesma importância que os outros animais. Vê-se quão abrupta é a ruptura:

Precisamente a autodiminuição do homem, sua vontade de diminuir-se, não se acha em avanço irresistível desde Copérnico? Oh, a crença em sua dignidade, singularidade, insubstituibilidade na hierarquia dos seres se foi – ele se tornou bicho, animal, sem metáfora, restrição ou reserva, ele, que em sua fé anterior era quase Deus [...] Toda a ciência, a natural tanto quanto a inatural, [...] propõe-se hoje a dissuadir o homem do seu apreço que até agora teve por si, como se este fosse uma extravagante presunção. (NIETZSCHE, 2009, p. 133).

Assim como Skinner se aproxima e se afasta de muitos filósofos, também frequentemente se preocupava em responder críticas direcionadas a sua abordagem. Tratando-se de modelos psicológicos, a distinção mais óbvia pode ser estabelecida entre psicanálise e behaviorismo. A diferença a nível conceitual é visível: para Freud, o conteúdo dos sonhos recordados pela manhã trata-se de uma espécie de conteúdo manifesto que, devido ao mecanismo de proteção psíquica do ego, esconde em seu seio anseios e desejos inconscientes anuviados, expressos por uma forma de pensamento latente (FREUD, 2010).

Igualmente, devido à incompatibilidade filosófico-conceitual entre ambas as propostas (e, como ressaltava constantemente, devido à fragilidade explicativa do argumento dualista), Skinner não poupou críticas aos instintos freudianos. Freud concebia a existência de dois impulsos primordiais a governar as ações humanas: o primeiro é Eros, impulso que objetiva a conservação da vida, assim como a aglomeração da mesma em unidades maiores; a segunda é o impulso de morte, que resulta na dissolução da vida ao mundo inorgânico: no que tange a sexualidade, para Sigmund Freud o sadismo seria o impulso de morte dirigido para o mundo externo, enquanto que o masoquismo seria a direção deste mesmo impulso destrutivo dirigido para o interior (FREUD, 2010). Para chegar a referida conclusão, Freud afirmou que partiu de “paralelos biológicos e especulações sobre

o começo da vida” (FREUD, 2010, p. 136). Nas críticas que Skinner estabeleceu, declarava comumente que:

Os instintos freudianos também foram tratados como forças propulsoras; dizia-se que comportamento que levava ao perigo, à doença ou à morte revelava um instinto de morte, ao passo que o comportamento dito ‘a serviço da vida’ mostrava um instinto de vida, embora o fato observado fosse simplesmente o de que o comportamento poderia ter consequências mantenedoras ou destrutivas (SKINNER, 2006, p. 35).

Ademais, Skinner esclarece que as críticas que Freud estabelecia ao behaviorismo se destinavam à versão metodológica, e não ao Behaviorismo Radical: uma rápida observação cronológica nos revela que Freud morreu em 1939, enquanto que Skinner só vem a inaugurar o termo Behaviorismo Radical apenas em 1945. Sobre esta questão, Skinner afirma:

Quando Freud chamou o behaviorismo de ingênuo, estava-se referindo a uma versão antiga e comparando-a à sua própria descrição do aparato mental, extremamente complicada – uma descrição que seus próprios seguidores achavam que devia ser simplificada. Quem quer que tente dar algum tipo de ordem sistemática àquilo que se diz ocorrer dentro da pele, produzirá necessariamente uma explicação que nada tem de simples. Mas para chamar algo de ultra-simplificado, teremos de nos voltarmos antes para explicações mentalistas, tão prontamente inventados na hora, as quais são atraentes porque parece muito mais simples do que os fatos que se diz explicarem (SKINNER, 2006, p. 196).

Quanto à questão da simplificação, aspecto comumente criticado no Behaviorismo Radical, é na verdade um importante postulado científico amplamente aceito, a “navalha de occam” ou princípio da parcimônia. A preocupação do filósofo Gilbert Ryle com a economia de termos ao evitar “erros categoriais” na teoria (LOPES & ABIB, 2003) parece admitir este princípio, como será tratado mais adiante. Este princípio lógico é admitido como crível pela análise do comportamento, e afirma que se em tudo forem idênticas às explicações de um mesmo fenômeno, então a melhor teoria é a que se revela mais simples.

Uma ciência do comportamento mostra-se especialmente vulnerável à acusação de simplificação porque é difícil acreditar que um princípio bastante simples possa ter amplas consequências em nossas vidas. [...] Todas as ciências simplificam as condições que estudam tanto quanto possível, mas isso não significa que se recusem a examinar casos mais complexos tão logo o possa fazer com proveito (SKINNER, 2006, p. 196).

Entretanto, a despeito das considerações de Skinner sobre a importância da simplicidade na construção da teoria científica, afirmou certa vez que “a aplicação da ciência ao comportamento humano não é tão simples como parece” (SKINNER, 1998, p. 6). Nesta alegação está implícito que nem sempre será possível abarcar o estudo de fenômenos inacessíveis ao observador externo sem eventualmente recorrer a uma teorização complexa. A simplicidade das explicações pode até ser um bem estimável, mas nem sempre possível.

Já que estamos tratando de dissidências filosóficas na literatura de B. F. Skinner, convém notar o alto grau de ceticismo que mantinha o autor para com os resultados da Filosofia dita ‘tradicional’. Embora ao tratar da expressão dualista presente no mentalismo (a mente enquanto espaço não-físico regido por leis não-físicas) ressalte a relevância do levantamento de questões conceituais, ao afirmar que “ao ignorarmos os problemas filosóficos, não nos colocamos numa situação melhor” (SKINNER, 2006, p. 14), percebemos que observações vigorosas são bastante comuns no que se refere aos rumos tomados na disciplina filosófica. Dentre suas várias observações, destaca-se a crítica ao platonismo na Psicologia:

Diz-se que Platão descobriu a mente, mas seria mais acertado dizer que ele inventou uma versão dela. Muito antes de sua época, os gregos haviam construído um minucioso sistema explicativo, uma estranha mistura de Fisiologia e Metafísica. Não tardou muito para que surgisse o puro mentalismo, o qual acabou por dominar o pensamento ocidental durante mais de dois mil anos. [...] Mesmo aqueles que insistem na realidade da vida mental geralmente concordam em que pouco ou nenhum progresso foi feito desde os tempos de Platão. As teorias mentalistas estão sujeitas as mudanças da moda e, como na história da arquitetura e do vestuário, basta esperar tempo suficiente

para ver ressurgir uma concepção pregressa (SKINNER, 2006, p. 31).

Embora não negue a relevância da contribuição de Freud à psicoterapia e à descoberta de fenômenos como sublimação, inconsciente, formação de reação, deslocamento, projeção etc (SKINNER, 1998), o ponto de dissidência mais evidente entre behaviorismo e psicanálise talvez resida no tratamento conceitual oferecido aos sonhos. Alguns teóricos (BACHTOLD, 1999; GUILHARDI, 1998; SILVA, 2000), seguindo a proposta de Skinner, ressaltam que os sonhos são também comportamentos privados e, portanto, passíveis de exame pelo analista do comportamento através de uma análise funcional não experimental. Assim sendo, presume-se que o sonho, tipo de comportamento encoberto perceptual de acesso exclusivo àquele que se comporta, também está sujeito às mesmas leis gerais que regem os comportamentos manifestos. Seguindo esta linha de raciocínio, e ainda que Skinner não tenha sido um grande estudioso do assunto (BACHTOLD, 1999), se evidencia a preocupação dos analistas do comportamento com o aprendizado de um ecletismo teórico resultante de pouco aprofundamento na perspectiva teórica dos sonhos no Behaviorismo Radical (GUILHARDI, 1998).

Ao negar o estudo da mente, o Behaviorismo Radical aceita estudar eventos privados como pensamentos, sentimentos, sonhos etc sem desconsiderar o problema da inacessibilidade direta a estes eventos (MALERBI & MATOS, 1992; MATOS, 1995). Sobre esta questão, “como as pessoas se sentem é frequentemente tão importante quanto o que elas fazem” (SKINNER, 1995, p. 13). Em outro momento o autor também destacou que:

O behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico excluíam os acontecimentos privados porque não era possível um acordo público acerca de sua validade. [...] O Behaviorismo Radical [...] não nega a possibilidade da auto-observação ou do autoconhecimento e sua possível utilidade, mas questiona a natureza daquilo que é sentido e observado e, portanto, conhecido (SKINNER, 2006, p. 19).

Sem desprezar o papel dos sentimentos, Skinner repetidamente se preocupou em não atribuir-lhes o status causal dos eventos comportamentais: para tanto, seria

preciso compreender os papéis dos ambientes passado e presente através da análise experimental do comportamento. Embora reconhecesse o papel pioneiro de William James na interpretação dos sentimentos como estados do corpo, destacou que o sucesso da análise do filósofo era apenas parcial. Se os sentimentos são as causas do comportamento, logo o nosso conhecimento deficiente acerca dos sentimentos deveria impossibilitar a efetivação de uma ciência do comportamento, o que efetivamente não ocorre (SKINNER, 1995).

Concepção de progresso científico e a ciência como aprendizado

Conforme sabemos, Skinner definiu sua versão do Behaviorismo como uma filosofia da ciência do comportamento. Logo, ele próprio, como seu elaborador, talvez deva ser considerado também um filósofo, versado em temas como Educação, Cultura, Política, Psicologia, Biologia, Ciência, dentre outros.

Embora comumente ressalte a ciência como um “conjunto de atitudes que envolvem aceitar os fatos [...], e não o que possa ser dito sobre eles” (SKINNER, 1998, p. 12), isto é, aprendizagem de uma classe de comportamentos, e que tais leis na verdade se tratam de descrições úteis e precisas de contingências que nos capacite a agir melhor sobre o mundo, Skinner também costumava afirmar que a descrição é apenas um estágio inicial, posto que a ciência objetiva principalmente a busca de regularidade entre eventos, de forma que possa prevê-los e, na medida do possível, controlá-los. Ainda que leve em conta que a ignorância não é em si louvável, parece considerar que a humildade resultante da ignorância é uma característica importante para o progresso da ciência: “os cientistas descobriram também o valor de ficar sem uma resposta até que uma satisfatória possa ser encontrada” (SKINNER, 1998, p. 14). Aprender a duvidar é, portanto, ponto de convergência entre o repertório do Filósofo e do Cientista. Entretanto, a ciência do comportamento, tanto em sua expressão qualitativa quanto quantitativa, trata-se de uma ciência natural, visto que não requer um método especial para estudar fenômenos que são materiais em sua natureza (concepção essa compartilhada por John Watson). Para o mesmo, o processo de descoberta científica é diferente de outros saberes (filosófico, artístico ou teológico), posto que “é a única ao mostrar

um progresso cumulativo” (SKINNER, 1998, p. 11), distanciando-se da tradição kuhniana. Logo, a ciência é indutiva, pois “começa, como todos nós começamos, por observar episódios singulares, mas rapidamente avança para a regra geral, para a lei científica” (SKINNER, 1998, p. 14). Justifica esta ideia ao relatar o comportamento infantil da descoberta e do aprendizado, posto que, quando criança, vamos aprendendo leis (p.e., a lei do movimento e da geometria espacial) ao nos comportarmos manipulando os objetos que estão ao nosso redor. Regras gerais são derivadas de nossas experiências singulares, de forma que outras pessoas possam também aprender e agir eficazmente sobre o ambiente. Aprendizado e Ciência apresentam-se como fenômenos indissociáveis. Para chegar a essa conclusão, Skinner remete a um exemplo que atribui ao Ernst Mach:

As leis mais antigas da ciência foram provavelmente as regras que os artífices e artesãos usaram para ensinar os aprendizes. [...] Aprendendo a regra o aprendiz poderia lidar com casos particulares à medida que aparecessem (SKINNER, 1998, p. 14).

Só então que, em uma etapa posterior, a ciência avançará de um conjunto disperso de leis e regras para um modelo sistemático mais amplo, onde as leis e regras se arranjam em uma relação de interdependência. E quanto à questão da singularidade em oposição à generalidade, para Skinner o fato da ciência se preocupar com o geral não anularia a singularidade do indivíduo, assim como as riquezas e peculiaridades características do estudo de caso (SKINNER, 1998).

Outros autores são defensores de uma postura menos objetivista, a exemplo de Pedro Demo, possivelmente devido à ênfase em questões pertinentes à sociologia do conhecimento do que em questões particularmente metodológicas. Embora Demo acredite que na ciência deva-se predominar a cientificidade e menos ideologização, o critério intrínseco partícipe da construção científica em ciências sociais é a ideologia, visto que uma ciência social nasce como justificação da manutenção de um poder vigente. Afirmou que “desde logo aceitamos que não podemos ser objetivos, porque a ideologia está, em ciências sociais, no âmago do sujeito e do objeto” (DEMO, 1985, p. 37). A intersubjetividade perpassa a produção de conhecimento quando se faz presente como a opinião vigente sobre

um objeto ou tema (como, por exemplo, na relação desigual entre orientador e orientando na produção de uma tese).

A postura de Demo com relação à natureza das ciências humanas e sociais difere da atribuída às ciências exatas ou naturais, o que se revela conflitante com a concepção skinneriana de ciência. Pedro Demo defende uma ciência humana e social com espaço próprio e idiossincrático da produção científica: para ele, existem características de tal ciência incapazes de se reduzir a realidade exata ou natural. Algumas singularidades a que a tese se baseia são listadas, a exemplo: o caráter histórico do objeto (o que implica em provisoriedade processual, ou seja, um interminável vir-a-ser do objeto humano em contraste com o objeto inexorável das ciências exatas); a consciência histórica; a manifestação mais qualitativa da realidade; e a identidade entre sujeito e objeto (DEMO, 1985).

Embora Demo acredite que uma visão determinista do comportamento humano anularia a liberdade de iniciativa do homem (perspectiva essa veementemente contestada pela crítica behaviorista), Pedro Demo aproxima-se de Skinner quando considera relevante o senso de regularidade como princípio de produção do conhecimento acadêmico:

Temos a crença de que a dinâmica dos fenômenos não é algo caótico, que acontece dentro do inesperado, totalmente imprevisto; ao contrário, associamos à ideia de movimento a de movimento ordenado. A história não é veleidade; é forma ordenada de acontecer. Assim, não conseguimos explicar a variação, se não descobirmos como invariavelmente varia (DEMO, 1985, p. 56).

Entretanto, embora mantenha a concepção de ciência nomotética, isto é, que a ciência detem-se na formulação de leis a partir de fenômenos regulares, Pedro Demo parece considerar que as ciências sociais devam assumir um modelo de determinismo brando, que admita o probabilismo como explicação dos fenômenos humanos. Logo, o autor ressalta que não tratamos de uma realidade estritamente determinada, mas socialmente condicionada. Embora de natureza intrinsecamente probabilista, à ciência social também cabe a previsão e o controle, tendo em vista a regularidade dos eventos comportamentais (DEMO, 1985).

A despeito de ocasionais aproximações teóricas, Pedro Demo critica o behaviorismo (sem deixar evidente qual das facetas existentes é objeto de crítica) pela sua natureza empiricista, que para o mesmo é uma metodologia de construção científica superficial, posto que a realidade nem sempre se revela no dado imediato da realidade. Para o autor, “o behaviorismo, que é uma expressão empirista, reduz a personalidade a seu comportamento externo” (DEMO, 1985, p. 102). Fica claro que, se o autor trata do Behaviorismo Radical, veicula uma incompreensão de sua proposta ontológica e metodológica, assim como das noções de comportamento, ensino-aprendizado e ambiente que o behaviorismo pressupõe.

Influência de Mach e Darwin no Behaviorismo Radical

Os limites entre o positivismo e o Behaviorismo Radical não são exatamente tão evidentes quanto faz parecer Skinner. Matos (1995) admite que esta posição (de negar eventos mentais sem desconsiderar eventos privados, sob forma de revisão conceitual) se insere na tradição do positivismo lógico ao mesmo tempo em que dela se distancia: tal influência remete ao físico Ernst Mach e a compreensão do conceito de relação funcional no entendimento do comportamento humano. É sabido que Mach se distinguia dos positivistas lógicos do chamado Círculo de Viena, que influenciaram o behaviorismo metodológico.

A influência do empirismo de Mach à análise do comportamento foi favorável ao progresso desta ciência, posto que resultou no seu distanciamento de outras formas de mecanicismo (VIEGA & VANDENBERGHE, 2001). A influência de Mach ao behaviorismo skinneriano reside, portanto, no que se compreende como explicação: o conhecimento científico do comportamento não reside na descrição do fenômeno isolado, ou em termos absolutos de causalidade, mas na relação que os eventos mantêm entre si (CARRARA, 2005). Se o comportamento é fluido, só pode ser compreendido através de uma contínua interação que mantém o organismo com o ambiente. Logo se entende que o comportamento não mais se expressa em termos de causa, mas de função: uma mudança na variável independente, que influencia uma mudança na variável dependente. Entretanto,

conforme defendida a tese inicial de que uma filosofia só é inteligível se for analisada suas influências precedentes, grande parte das críticas machianas quanto à concepção de ciência tradicional já haviam sido concebidas por Hume (LAURENTI, 2004).

A própria compreensão do Behaviorismo Radical enquanto proposta monista fisicalista (o mundo, incluindo os eventos que ocorrem sob a pele, são compostos de apenas um estofa ou dimensão física), sofre influência indireta da filosofia fenomenista, onde todos os eventos podem ser entendidos em descrições físicas e químicas (CARRARA, 2005). No sentido amplo do termo, Mach era um positivista que buscava a redução dos fatos à percepção tal qual observada. De Mach, Skinner herdou a postura filosófica empírica e descritiva, a negação da metafísica e a recusa da noção de força como mecanismo causal, assim como a aplicação do conceito de relação funcional na explicação do comportamento.

Um estudo sobre o diálogo entre Mach e o Behaviorismo Radical nos evidencia um outro elo de ligação com a filosofia da ciência do comportamento: Charles Darwin. O caráter relacional de suas investigações fez supor que se conhecimento é experiência, que se constitui na relação entre organismo e ambiente, então o conhecimento é fruto de uma relação que nos é benéfica. Assim sendo, o conhecimento é a experiência aprendida (isto é, selecionada) por promover adaptação deste organismo ao ambiente (LAURENTI, 2004). Neste ponto, a própria concepção de ciência defendida por Skinner parece compactuar com a proposição machiana, onde até mesmo o conhecimento científico consiste em uma adaptação eficiente ao ambiente: observe que para ele as leis e demais formulações científicas são descrições do mundo, em outros termos, de contingências de reforço predominantes: “Permitem que uma pessoa aja de forma mais bem-sucedida do que a que seria capaz de aprender na curta duração de uma vida ou mesmo por exposição direta a muitos tipos de contingências” (SKINNER, 2006, p. 124).

REFERÊNCIAS

- BACHTOLD, Luciana. Os sonhos na terapia comportamental. **InterAÇÃO**, v. 3, jan-dez. 1999, p. 21-34.
- BAUM, William. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- CARRARA, Kester. **Behaviorismo Radical: crítica e metacrítica**. São Paulo: Unesp, 2005.
- CARRARA, Kester. Causalidade, relações funcionais e contextualismo: algumas indagações a partir do Behaviorismo Radical. **Interações**, v. 9, n. 17, jan-jun. 2004. p. 29-54.
- CHIESA, Mecca. **Behaviorismo Radical: a filosofia e a ciência**. Brasília: Cealeiro, 2006.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GUILHARDI, Hélio José. Um modelo comportamental de análise de sonhos. RANGE, B. (org). **Psicoterapia Comportamental e Cognitiva de Transtornos Psiquiátricos**. Campinas: Editorial Psy, 1998.
- GUIMARÃES, Rodrigo Pinto. Algumas relações entre Behaviorismo Radical e determinismo: uma análise de publicações de diferentes autores. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 4, n. 1, 2008, p. 89-110.
- GUIMARÃES, Rodrigo Pinto. Deixando o preconceito de lado e entendendo o Behaviorismo Radical. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 3, 2003, p. 60-67.
- LATTAL, K. A. Ciência, tecnologia e análise do comportamento. In: ABREU-RODRIGUES, J; RIBEIRO, M. R (Org.). **Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LAURENTI, Carolina. Criatividade, liberdade e dignidade: impactos do darwinismo no Behaviorismo Radical. **scientiæ zudia**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2009, p. 251-69.
- LAURENTI, Carolina. Determinismo, probabilidade e análise do comportamento. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, 2008, p. 171-183.
- LAURENTI, Carolina. **Hume, Mach e Skinner: a explicação do comportamento**. Dissertação - mestrado. São Carlos: UFSCar, 2004.
- LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos Eduardo. Explicação e descrição no Behaviorismo Radical. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25 n. 1, jan-mar. 2009, p. 129-136.
- LOPES, Carlos Eduardo; ABIB, José Antônio Damásio. O Behaviorismo Radical como filosofia da mente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, 2003, p. 85-94.
- MALERBI, Fani Eta Korn; MATOS, Maria Amélia. A análise do comportamento verbal e a aquisição de repertórios autodescritivos de eventos privados. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, vol. 8, n. 3, 1992, p. 407-421.
- MATOS, Maria Amélia. Behaviorismo metodológico e Behaviorismo Radical. In: RANGÉ, Bernard. (Org.). **Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas**. Campinas, Editorial Psy, 1995.

- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. W. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- RODRIGUES, Maria Ester. Behaviorismo: mitos, discordâncias, conceitos e preconceitos. **Educere et Educare**, v. 1 n. 2, jul-dez. 2006, p. 141-164.
- SILVA, Francynete Melo e Silva. Uma análise behaviorista radical dos sonhos. **Psicol. Reflex. Crit.** v.13, n. 3, 2000, p. 435-449.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SKINNER, Burrhus Frederic. *O mito da liberdade*. 3 ed. São Paulo: Summus, 1983.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Questões recentes na análise comportamental**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1995.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TOURINHO, Emmanuel Zagury. Behaviorismo Radical, representacionismo e pragmatismo. **Temas psicol.** v. 4, n. 2, 1996, p. 41-56.
- TOURINHO, Emmanuel Zagury. Behaviorismo: A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 2, 2003, p. 30-41.
- VIEGA, Marla; VANDENBERGHE, Luc. Behaviorismo: reflexões acerca de sua epistemologia. **Rev. bras.ter. comport. cogn.** v. 3, n.2, 2001, p. 09-18.
- WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Conceitos e pré-conceitos sobre o behaviorismo. **Psicologia Argumento**, v. 20, n. 31, 2002, p. 29-38.